

PROCESSO Nº: 0800114-98.2024.4.05.8402

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

IMPETRANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 16ª REGIÃO - CREF16/RN

IMPETRADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN

SENTENÇA - TIPO A

1. Relatório

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado pelo Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região - CREF16/RN em face do Prefeito do Município de Currais Novos/RN.

O conselho de fiscalização profissional, em apertada síntese, objetiva a retificação do Edital nº 01/2024 - Concurso Público para Provimento de Cargos da Administração Municipal - Município de Currais Novos/RN, o qual, no tocante ao cargo de Professor de Educação Física, deixou de exigir como requisito para a investidura a inscrição perante o CREF16/RN (ID nº 14334889 - página 11).

Mediante o *decisum* de ID nº 14336635, foi deferido o pedido liminar deduzido na exordial.

Devidamente notificada (ID nº 14345036), a autoridade impetrada não apresentou manifestação (cf. certidão de ID nº 14462636).

Após a manifestação ministerial no sentido da concessão da segurança (ID nº 14547349), vieram os autos conclusos a este juízo.

É o relatório. Passo a decidir.

2. Fundamentação

Compulsando os autos, verifica-se que não foram carreados elementos aptos a modificar o entendimento já exarado por este juízo quando da concessão da liminar (ID nº 14336635), a qual deve ser confirmada por seus próprios fundamentos.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.696/1998, o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Portanto, se faz necessária a inscrição do professor de educação física no respectivo conselho de classe para a investidura do cargo, afinal, o magistério dos conteúdos de Educação Física para o

ensino fundamental e médio cabe exclusivamente aos profissionais registrados.

Frise-se que, em casos semelhantes ao presente, o e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região tem amparado a pretensão dos Conselhos Regionais de Educação Física, conforme evidenciam os seguintes julgados:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. NECESSIDADE DE REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL. NÃO PREVISÃO NO EDITAL. RETIFICAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA.

1. Cuida-se de remessa necessária em face de sentença que confirmou a liminar e concedeu a segurança para determinar que a autoridade impetrada proceda à imediata retificação do Edital Nº 002/2020, de abertura do Concurso Público Único para Prefeituras e Câmaras Municipais do Agreste Potiguar, de forma a exigir, com relação ao Município de Brejinho/RN, o registro no Conselho de Educação Física competente como pressupostos para nomeação no cargo de profissional de Educação Física.

2. A Lei 9.696/98 determina, em seu art. 1º que o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física constitui prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física. Esta lei estabelece, ainda, em seu artigo 3º que: "Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

3. Portanto, se faz necessária a inscrição do professor de educação física no respectivo registro de classe para a investidura do cargo. Visto que, o magistério dos conteúdos de Educação Física para o ensino fundamental, médio e superior cabe exclusivamente aos profissionais registrados.

4. Dessa forma, como o Município de Brejinho/RN não obedeceu a tal dispositivo legal, permitindo a contratação de Professor de Educação Física sem o registro no Conselho competente, exigindo, apenas, o

diploma ou certificado de conclusão do curso de Educação Física, resta comprovado o direito líquido e certo do impetrante e o ato abusivo e ilegal da autoridade coatora, sendo necessária a exigência do registro do professor de educação física no Conselho Profissional da categoria, devendo esta constar no edital do concurso público.

5. Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal, em caso análogo recentemente julgado: PROCESSO: 08000984120194058202, REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL, DESEMBARGADOR FEDERAL ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, 1ª TURMA, JULGAMENTO: 01/10/2020.

6. Remessa necessária desprovida. (Grifos acrescidos)

(TRF 5ª Região, Remessa Necessária Cível nº 0811237-70.2022.4.05.8400, Rel. Des. Fed. Sebastião José Vasques de Moraes, Sexta Turma, PJE 30/07/2023)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. MUNICÍPIO. EDUCADOR FÍSICO. NECESSIDADE DE REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL. INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 9.696/98. PRECEDENTES DO TRF5. NÃO PROVIMENTO.

1. Remessa oficial tida por manejada, em face de sentença prolatada pelo Juízo 8ª Vara Federal da Paraíba que, nos autos do Mandado de Segurança impetrado pelo Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF 10/PB, contra ato do prefeito do Município de Curral Velho/PB, confirmou a liminar e concedeu a segurança para determinar que "a autoridade coatora adote as providências necessárias para a imediata retificação do Edital nº 001/2019 (id. N.º 4058202.3315248), publicado pelo Município de Curral Velho/PB, a fim de fazer incluir também a exigência de registro no Conselho Regional de *Educação Física* como requisito para a investidura no cargo de *Professor de Educação Física* (classe B)". 2. A Lei nº 9.696/98, em seu art. 1º, determina que "o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de *Educação Física*". 3. **Decidiu bem o**

Magistrado dirigente ao assentar o seguinte: "O Edital de Seleção nº 001/2019, publicado pelo município de Curral Velho/PB, ao dispor sobre o cargo de professor de *Educação Física*, estabeleceu como requisito a *necessidade* de licenciatura em *educação física* (id. nº 4058202.3315248 - pág. 17), não exigindo prova de *inscrição* no *respectivo* conselho de classe (diferentemente do que ocorreu com outros cargos inerentes a profissões regulamentadas, como o de médico, nutricionista, psicólogo e técnico de enfermagem, também constantes no mesmo instrumento convocatório), omissão que, de fato, pelo menos a princípio, contraria as disposições da Lei nº 9.696/98". 4. Precedentes do TRF5. 5. Remessa necessária não provida. (Grifos acrescentados)

(TRF 5ª Região, Remessa Necessária Cível nº 0800098-41.2019.4.05.8202, Rel. Des. Fed. Élio Wanderley de Siqueira Filho, 1ª Turma, Julgado em 01/10/2020)

Imperioso destacar que a administração pública deve obediência ao princípio da legalidade, de modo que, não tendo o instrumento editalício observado o art. 1º da Lei nº 9.696/1998, impõe-se sua retificação, devendo ser concedida a segurança pleiteada.

3. Dispositivo

Ante o exposto, **confirmo a medida liminar e concedo a segurança pleiteada**, tornando definitivo o provimento provisório e determinando à autoridade impetrada que, nas nomeações para o cargo de Professor de Educação Física decorrentes do Edital nº 01/2024, observe a necessidade de o profissional convocado estar inscrito perante Conselho Regional de Educação Física.

Custas segundo a lei.

Ausência de condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/2009.

Publicação e registro decorrem automaticamente da validação da presente sentença no sistema eletrônico de tramitação.

Intimem-se.

Caicó/RN, datado eletronicamente.

CAIO DINIZ FONSECA

Juiz Federal da 9ª Vara/SJRN



Processo: **0800114-98.2024.4.05.8402**

Assinado eletronicamente por:

CAIO DINIZ FONSECA - Magistrado

Data e hora da assinatura: 17/04/2024 18:15:36

Identificador: 4058402.14596850



24041711014830000000014642044

Para conferência da autenticidade do documento:

[https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/
listView.seam](https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)